

A modernização do Brasil

O presidente Sarney decidiu comprometer seu governo, nos dois anos presumíveis que lhe restam de mandato, com um programa ambicioso de modernização de sua economia. Finalmente, o Governo revela uma filosofia de política econômica, toda ela voltada para consolidar a implantação de moderna economia de mercado no País, seguindo diretrizes que são aceitas pelo que há de melhor entre os economistas brasileiros.

O novo programa governamental reconhece o pressuposto aceito por economistas de diferentes tendências, segundo o qual o Brasil esgotou a política de substituição de importações, inaugurada ainda no governo constitucional de Getúlio Vargas e fruto dos estudos e reflexões de um grupo de economistas de escol, à frente dos quais estavam Jesus Soares Pereira e Ignácio Rangel.

Esse projeto tem no processo de privatização da economia a sua pedra de toque. Existe um consenso, entre os estudiosos, de que a privatização se torna a única alternativa de política econômica em face de uma crise que reduziu a poupança pública praticamente a zero, agravando a crônica escassez de recursos com que se defronta a Nação.

A privatização transformou-se em opção imperativa para um país que precisa sair de seu sistema econômico-financeiro através de uma rigorosa contenção de gastos, buscando na iniciativa privada a pou-

pança de que necessita para voltar a crescer. Sarney procura aproximar o seu governo da corrente social-democrata mais progressista, a que foi responsável pelo sucesso das novas economias emergentes do mundo que prosperaram à sombra do vigoroso Mercado Comum Europeu.

A política agrícola, que tem sido responsável por safras recordes, e a nova política industrial, são os atos mais acertados que Sarney adotou desde que assumiu a Presidência da República. O estágio que o capitalismo atingiu no Brasil reclama a redução do papel do Estado na vida econômica da Nação, de forma que a iniciativa privada passe a desempenhar papel de vanguarda em nosso processo de desenvolvimento.

A intervenção estatal, que se fazia necessária e até indispensável para a implantação do capitalismo no País, tornou-se, agora, um entrave oneroso. É preciso reduzir essa presença significativamente, mantendo-a apenas nos setores estratégicos ou naquelas atividades que a iniciativa privada nacional ainda não tem capacidade para ocupar. Nesse caso, o Estado apenas intervém para evitar um grau de desnacionalização incômodo e até intolerável.

Essa nova postura do Governo brasileiro entra em conflito com muitas das decisões adotadas pela Constituinte no capítulo da Ordem Econômica, a menos que o Palácio do Planalto consiga reverter algumas decisões no segundo turno de votação.